

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 524.188 - PE (2019/0222918-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ALEXANDRE VALE DO REGO BARROS FILHO E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE VALE DO RÊGO BARROS FILHO -
PE046395
PEDRO MORAES DA COSTA NETO - PE040786
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WESLEY RICHARDS FARIAS BARRETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, recebido como *habeas corpus*, conforme decisão de e-STJ fl. 166, com pedido liminar, interposto em favor de WESLEY RICHARDS FARIAS BARRETO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Pernambuco (HC n. 052924-1).

Consta dos autos que o impetrante foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 180 e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal e artigo 14 da Lei n. 10.826/2003.

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 21):

CONSTITUCIONAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE DECRETOU A PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DISCUSSÃO ACERCA DO ACERVO PROBATÓRIO REFERENTE A AUTORIA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE NA ESTREITA VIA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. A análise probatória para fins de conclusão acerca da autoria delitiva, não é possível na via restrita do HC.*
- 2. Não se evidencia o alegado constrangimento ilegal, pois o decreto preventivo se encontra devidamente fundamentado e calcado nos requisitos expostos no art. 312, do CPP.*
- 3. Ordem denegada. Decisão unânime.*

Superior Tribunal de Justiça

A defesa alega, inicialmente, a ausência de indícios que apontem a prática de qualquer conduta ilícita. Narra que o paciente, policial, foi encontrado em um veículo Toyota Hilux, portando uma pistola calibre .40, legalmente portada pelo paciente, sem qualquer outro elemento indicativo de prática criminosa.

Ressalta haver carência de fundamentação na prisão preventiva do recorrente por ter o magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Sublinha que, diante das particularidades do caso, mostra-se adequada a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, pugna, liminarmente e no mérito, pelo relaxamento da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem, recebendo o parecer a seguinte ementa (e-STJ fl. 110):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Às e-STJ fls. 124/141, a defesa juntou petição visando reconhecer a semelhança da situação fático-jurídica do paciente com as dos corréus Thiago Francisco da Silva e Felipe Esdras de Oliveira Sales, os quais

Superior Tribunal de Justiça

tiveram suas prisões preventivas revogadas por força da concessão da ordem no *habeas corpus* 529.233/PE.

Por fim, a defesa requereu a desistência do pedido, tendo em vista a revogação da prisão preventiva pelo juízo de primeiro grau.

É o relatório. **Decido.**

Por intermédio da Petição n. 637696/2019, a defesa noticia a perda de objeto e requer a desistência do presente *mandamus*, tendo em vista a perda do objeto da impetração, desde que o Juízo de primeiro revogou a prisão preventiva do Paciente, em 20 de setembro de 2019.

Assim, para que produza efeitos legais e jurídicos, homologo o pedido de desistência formulado, declarando extinto o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator